



MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS

Número 201 - Abril 2014

NOSSA OPINIÃO

- A expansão da monocultura do dendê (palma) na África: um alerta em busca de mais solidariedade e ação

FERRAMENTAS DE LAVAGEM VERDE PARA A EXPANSÃO DE PLANTAÇÕES INDUSTRIAIS DE DENDÊ

- RSPO: falsas promessas que promovem mais expansão de plantações de dendê (palma)
As plantações industriais de dendê têm se expandido em muitos países do Sul global, e cada vez mais na África e na América Latina, invadindo territórios de populações rurais, povos indígenas e comunidades tradicionais para produzir dendê para exportação ou agrocombustíveis para os mercados estrangeiros.
- A metamorfose das madeiras destrutivas
Empresas multinacionais destroem florestas e atropelam direitos humanos; em seguida, organizações ambientais internacionais entram em jogo e, em poucos meses, transformam os culpados em empresas responsáveis.
- Malásia, Sarawak: proprietários nativos de terras tradicionais continuam a protestar contra os esquemas de plantações de dendê em grande escala
O Governo do Estado de Sarawak emitiu uma concessão provisória de um esquema de plantação de dendê (palma) à Woodijaya Sdn Bhd, subsidiária da Rimbunan Hijau Sdn Bhd, para 4.658 hectares. Desde a invasão, as comunidades vêm protestando contra esse esquema.
- Indonésia - Entrevista com Sawitwatch sobre os impactos das plantações industriais de dendê (palma) na Indonésia e a experiência com a RSPO
A Sawitwatch é uma ONG indonésia que monitora os impactos das plantações industriais de dendê sobre os pequenos agricultores, trabalhadores e os povos indígenas na Indonésia. O boletim do WRM conversa com o diretor da organização, Jefri Saragih, sobre os impactos das plantações na Indonésia, país que concentra a maior parte das plantações de dendeeiros industriais do planeta, e sobre a experiência com o RSPO.
- Indonésia - Como a RSPO tratou questões levantadas contra a First Resources, um dos seus membros
Em 17 de outubro de 2012, a ONG Environmental Investigation Agency (EIA), com sede em Londres, apresentou uma queixa à RSPO,(1) juntamente com a comunidade indígena Dayak Benuaq Muara Tae e a organização dos povos indígenas da Indonésia AMAN, também listadas como queixosas na página da RSPO na internet. A queixa contra a First Resources Ltd., membro da RSPO com sede em Cingapura, é de que sua subsidiária, PT Borneo Surya Mining Jaya (PT Borneo), vem violando os

Novos Procedimentos de plantio da RSPO e seus Princípios e Critérios.(2) A PT Borneo está operando na regência de Kutaia Barat, em Kalimantan Oriental, desde 2010, e a expansão de suas plantações de dendê (palma) ameaça uma área estimada em 4.304 hectares de terras tradicionais de Muara Tae.(3)

- Libéria: a incapacidade da RSPO para enfrentar as causas profundas do conflito relacionado a operações da Sime Darby

Uma nova tendência na expansão global de plantações industriais de dendezeiros (palma africana) é a mudança das maiores empresas do setor, que estão indo da Indonésia e da Malásia para o continente Africano. É o caso da Sime Darby (SD), empresa com sede na Malásia e membro fundador da RSPO, que foi para a Libéria em busca de novas áreas de expansão.

- Nigéria – parecer jurídico da RSPO sobre a queixa contra a Biase Plantation, subsidiária da Wilmar International Ltd., ignora a parte principal da queixa

A Wilmar International adquiriu 5.561 hectares de terra em 2011, do governo do estado de Cross River, na Nigéria. A ONG nigeriana Rainforest Resource & Development Centre (RRDC) entrou com uma queixa junto à RSPO, em novembro de 2012, na qual a organização documenta a forma como a aquisição de terras pela empresa, que é membro da RSPO, ameaça a subsistência da comunidade indígena Ibiae. Além da queixa, a RRDC também entrou com ações judiciais por falhas e incoerências na privatização da terra adquirida pela subsidiária da Wilmar. Com base em um polêmico parecer jurídico que só trata de algumas das questões levantadas na queixa, a RSPO rejeitou uma solicitação de “interrupção de trabalho” temporária à Wilmar, e a empresa foi autorizada a continuar as atividades novamente em “terra incontestada”, em dezembro de 2013. A falta de acordo com os assentados informais sobre a propriedade, a possibilidade de as comunidades terem sido enganadas ou a pendência de decisões sobre as questões nos tribunais na Nigéria não parecem ter importado à RSPO quando ela decidiu permitir que a Wilmar continuasse com a preparação para a plantação de dendê (palma africana).

- Brasil: Discurso da “inovação” contrasta com a realidade da vida em condições análogas à escravidão de trabalhadores empregados por um dos fornecedores da Agropalma

O grupo brasileiro Agropalma tornou-se parte de um conjunto de empresas e ONGs formado com o objetivo de ir além das regras da RSPO, a Mesa redonda da Palma Sustentável: o Grupo Inovador da Indústria de Óleo de Palma. O histórico da Agropalma, tendo contribuído para os impactos sociais e ambientais negativos comuns a qualquer projeto de plantação industrial em grande escala, não parece ter sido obstáculo para entrar no grupo (ver (1) e (2)). Não se deve esquecer de um aspecto particular da empresa: a forma como lidou com um fornecedor que mantinha trabalhadores em condições análogas à escravidão.

POVOS EM AÇÃO

- Nigéria: Não à feira empresarial de terras no estado de Edo!
- México. Selva Lacandona: Movimento REDDeldía dos Montes Azules

RECOMENDADOS

- Camponeses e Política. Edição Especial Virtual
- APRIL clears high conservation value forest in Sumatra’s Kampar Peninsula, as it breaks its own commitment

NOSSA OPINIÃO

-A expansão da monocultura do dendê (palma) na África: um alerta em busca de mais solidariedade e ação



No final de 2013, um grupo de representantes de ONGs africanas, indonésias e internacionais, junto com membros da Via Campesina e da Rede Africana de Biodiversidade, reuniu-se em Calabar, na Nigéria, para conversar sobre a expansão maciça das plantações industriais de palma africana (dendê) sobre o continente Africano, discutindo, em especial, a situação de Nigéria, Serra Leoa, Libéria, Camarões, Benin, Costa de Marfim, República Democrática do Congo e Gabão.

O dendê é nativo das regiões Oeste e Central da África, mas, tradicionalmente, não é comum a comunidade plantá-lo em regime de monocultivo em grande escala. Geralmente, é plantado com outras culturas no meio, garantindo uma diversidade que contribui para a soberania alimentar da comunidade e seu entorno. O dendê cultivado desta forma e sob controle da comunidade tem gerado múltiplos benefícios para o povo africano em mais de 20 países. O que chama a atenção é que, em quase todos esses países, são as mulheres que controlam toda a cadeia produtiva, desde o campo até a venda dos diversos produtos.

Há cerca de 10 anos, iniciou-se uma onda na qual governos Africanos têm dado concessões de terras, totalizando milhões de hectares, a grandes empresas e investidores em dendê da Europa, dos Estados Unidos e também de Indonésia, Índia, Cingapura e Malásia. Essa onda introduziu, em terras que costumam pertencer a comunidades camponesas, outro modelo de produção: o monocultivo em grande escala, sob controle de corporações transnacionais e com pouco ou nenhum benefício para as comunidades. A onda também faz parte e é agravante do processo chamado de land grabbing, ou seja, a concentração de terras em mãos de investidores estrangeiros para garantir produção de alimentos e outros produtos para exportação.

No encontro na Nigéria, foram destacadas muitas semelhanças entre os diferentes países, a começar pelo fato de que as comunidades não são consultadas para se saber se querem ou não uma plantação de dendê no seu território, o que é um grande desrespeito às mesmas, uma vez que elas costumam controlar e usar essas terras há muitas gerações. Os governos preferem ficar do lado das transnacionais, alegando que o “Investimento Estrangeiro Direto” teria importância econômica. É muito difícil para essas comunidades e organizações de apoio conseguir informações sobre os contratos de concessão de terras às transnacionais. O resultado é destruição de florestas, emprego em pouca quantidade e mal pagos, pobreza e fome, em contraste com uma propaganda positiva e forte que é espalhada pelas transnacionais e endossada pelos governos e instituições financeiras internacionais. Estas alegam que este modelo

resultaria em “progresso” e “desenvolvimento“. O “avanço” que resulta disso são países cada vez mais fornecedores de matérias primas e produtos semielaborados para abastecer mercados de grande consumo, com transnacionais comandando o processo.

Os participantes do encontro constataram que muitos desafios precisam ser encarados. A começar pelo fato de que as comunidades do campo no qual chegam as plantações industriais de dendê já enfrentam muitas dificuldades no seu dia a dia, o que facilita, de certa forma, a entrada das empresas. Além disso, a atuação dessas empresas, buscando convencer lideranças com diversas promessas, somada à desilusão posterior da comunidade no seu conjunto com os problemas que a perda do território representa, leva muitas vezes a divisão dentro da comunidade. As mulheres, tão importantes no cultivo tradicional do dendê, costumam sofrer mais com esses impactos. Portanto, há um desafio enorme em apoiar essas comunidades para que se unam – lideranças e comunidade, incluindo as mulheres e os jovens – e se organizem para enfrentar conjuntamente esse processo de roubo de suas terras que está em curso.

Ademais, esse encontro na Nigéria destacou a importância de conhecer a experiência de outros lugares, sobretudo aqueles que já lidam há mais tempo com o problema, como a Indonésia. Este boletim também surgiu neste espírito, esperando ser mais um instrumento de informação para fortalecer as lutas das comunidades nos diversos continentes e sua articulação para gerar uma frente mais forte com o objetivo de frear a expansão do dendê, principalmente neste mês de abril, em que é celebrado, no dia 17, o Dia Internacional da Luta Camponesa.

Vários participantes alertaram também para a seguinte necessidade: se uma organização, em um determinado país, enfrenta repressão, outras precisam prestar apoio. Ouvimos muitas histórias de repressão e criminalização, e a solidariedade mútua é fundamental. Outro alerta deste encontro foi que não adianta só falar, é preciso agir e apoiar as comunidades em suas lutas para defender seus territórios. O controle das comunidades sobre os seus territórios e o apoio a suas atividades econômicas e propostas de futuro promete ser um caminho bem mais seguro para garantir o futuro dessas comunidades do que um modelo de monocultura e concentração de terras em benefício de transnacionais.

O encontro terminou com uma declaração em apoio às comunidades afetadas pela expansão da dendê na África: a Declaração da Calabar. (2)

(1). Veja na página do WRM na internet, o informe, em inglês/francês, sobre a expansão do dendê na África e um mapa dos países: http://wrm.org.uy/books-and-briefings/oil_palm_in_africa/

(2) Declaração de Calabar, veja <http://wrm.org.uy/pt/encontros-e-eventos/declaracao-de-calabar/>

Início

FERRAMENTAS DE LAVAGEM VERDE PARA A EXPANSÃO DE PLANTAÇÕES INDUSTRIAIS DE DENDÊ

-RSPO: falsas promessas que promovem mais expansão de plantações de dendê (palma)



As plantações industriais de dendê têm se expandido em muitos países do Sul global, e cada vez mais na África e na América Latina, invadindo territórios de populações rurais, povos indígenas e comunidades tradicionais para produzir dendê para exportação ou agrocombustíveis para os mercados estrangeiros.

Os principais benefícios revertem para usinas de processamento de dendê, bancos e fundos de investimento privados e estatais, e corporações nacionais e transnacionais, mas, para centenas de milhares de pessoas, a expansão das grandes plantações de dendê implica a destruição de suas economias locais, bem como as condições naturais de que essas economias dependem.

Quando reagem, tentando expulsar as empresas de seus territórios, as comunidades costumam enfrentar repressão policial, assistir a instituições do Estado tomando partido das empresas e indo contra demandas da comunidade, além de sofrer violações dos direitos humanos.

As grandes empresas de dendê têm tido conhecimento de que suas atividades causam impactos negativos. A divulgação e o relato sobre esse impactos por parte de movimentos sociais, ONGs e imprensa mancharam a imagem dessas empresas, às vezes até mesmo colocando em risco seus planos de expansão em certas regiões e países. Sendo assim, não é surpresa ver as corporações também “reagindo”, e sua luta é contra a publicidade negativa que poderia prejudicar vendas e lucros. A partir do final da década de 1980, o conceito de “desenvolvimento sustentável” abriu uma porta para manter a lógica do aumento da produção e dos lucros, mas com aparência de mais “responsabilidade corporativa” social e ambiental. Inspiradas por este discurso da sustentabilidade, as empresas plantadoras efetivamente começaram a se envolver com os sistemas de certificação voluntária, uma das novas ferramentas de “sustentabilidade”. Esta ferramenta lhes permitiu apresentar atividades destrutivas como se fossem “sustentáveis”, uma inovação “verde” dos mesmos processos de produção e produtos, a mercados de consumo que, ao longo das últimas duas décadas, vêm pedindo mais das empresas do que simplesmente o negócio de sempre.

A RSPO, a Mesa Redonda da Palma (Dendê) Sustentável, foi anunciada em 2004 como um esquema de certificação para as plantações industriais de dendê. Para a RSPO, “sustentabilidade” significa que as plantações devem ser “economicamente viáveis”, “ambientalmente adequadas” e “socialmente benéficas”.

A RSPO, que já certificou 1,45 milhão de hectares e está aumentando sua visibilidade para o público consumidor, tem sido fortemente criticada por muitas comunidades, movimentos sociais e organizações não governamentais, desde o início. A principal crítica tem sido a falsa promessa de “sustentabilidade” que esse regime de certificação atribui a produtos das plantações industriais de dendê. Pela sua própria natureza de ser cultivadas em grande escala e na forma de monoculturas – o que requer uso significativo de água, agrotóxicos, fertilizantes químicos e energia fóssil – essas operações simplesmente não podem se transformar em um uso da terra que justifique o rótulo de “sustentável”. Elas ocupam grandes áreas onde muitas pessoas já viveram ou poderiam estar vivendo com mais dignidade do que em áreas

urbanizadas superpovoadas. As críticas também apontam que o consumo excessivo de produtos à base de óleo de dendê por uma minoria da população do mundo continua, em grande parte, inquestionado com a certificação. No entanto, é esse consumo excessivo e a necessidade da empresa transnacional de manter a expansão para aumentar os lucros das empresas que estão pressionando pela contínua expansão das plantações industriais de dendezeiros.

A RSPO visa “melhorar” as atividades da empresa para tomá-las mais “responsáveis dos pontos de vista social e ambiental”, talvez para aumentar os benefícios que são transferidos às comunidades, mas não para deter a expansão das plantações nem para combater o consumo excessivo. Resumindo, a RSPO concede um “selo verde” a plantações industriais de dendezeiros e fortalece a imagem da atividade como sendo “sustentável”, facilitando uma maior expansão enquanto enfraquece a defesa que as comunidades fazem de seus meios de subsistência e suas terras.

Este boletim trata das falsas promessas do sistema de certificação RSPO, e com o dendê em rápida expansão no Sul global, precisamos continuar mostrando o que está por trás dele.

Início

-A metamorfose das madeireiras destrutivas



É verdade que soa um pouco como conto de fadas. Empresas multinacionais destroem florestas e atropelam direitos humanos; em seguida, organizações ambientais internacionais entram em jogo e, em poucos meses, transformam os culpados em empresas responsáveis. Multinacionais de dendê, papel e celulose, como Wilmar, Golden Agri, APRIL (Asia Pacific Resources International Limited) ou APP (Asia Pulp and Paper) já completaram a metamorfose mágica, de destruidores a protetores da floresta tropical da Indonésia. Atualmente, todas essas empresas apoiam uma “política de desmatamento zero”.

Promessas semelhantes também foram feitas por gigantes dos produtos de consumo, como Nestlé, Unilever, Mars, L’Oreal e Colgate-Palmolive, que necessitam de óleo de dendê como matéria-prima para seus produtos.

Greenpeace, WWF e cia. parecem ter chegado ao que grupos ambientalistas indonésios vêm se esforçando para conseguir durante anos, ou seja, convencer notórias destruidoras da floresta a melhorar sua conduta. Os roteiros de todas essas histórias se assemelham: inicialmente, uma forte campanha feita na América do Norte ou na Europa obriga um grande grupo empresarial a se sentar à mesa de negociações. As negociações são difíceis, mas geralmente levam a um final feliz: a empresa anuncia publicamente que vai agir melhor e é aplaudida pelas organizações envolvidas na campanha, que se orgulham de sua conquista. A elaboração de metas comuns é deixada para uma consultoria, como o

Tropical Forest Trust.

Longe do sucesso retratado nas notas à imprensa emitidas pelas empresas e ONGs envolvidas, podem-se ouvir algumas vozes críticas: o que vale realmente uma promessa de não desmatar?

Para grupos empresariais como a APP, esses acordos chegaram no momento certo. A APP se apropriou de terras que bastam para estabelecer plantações de acácia suficientes para sua produção de celulose, o que torna fácil para a empresa se juntar a organizações ambientais em seu compromisso contra mais destruição das florestas tropicais. Além disso, as leis e regulamentações da Indonésia, como a moratória da extração de madeira que entrou em vigor em 2011, dificultaram a vida dos destruidores da floresta.

Na verdade, a APP já terminou todo o trabalho sujo: durante anos, a empresa destruiu mais florestas em nosso planeta do que ninguém. Até poucos anos atrás, estava destruindo florestas de turfa na península de Kampar. Agora, está colhendo os lucros: a gigante norte-americana de material de escritório Staples anunciou que retomará seus negócios com essa empresa indonésia. Em 2008, a Staples tinha interrompido sua cooperação com a APP devido a seu comportamento ambiental criminoso.

A empresa de óleo de dendê Wilmar também afirma que não se destroe florestas para sua produção. Esta afirmação vem sendo sustentada por organizações ambientais desde 2013. Para manter uma imagem verde imaculada, simplesmente se vendem subsidiárias problemáticas, por exemplo, a PT Asiatic Persada. Quando um dos conflitos de terra com a população local estava se tornando cada vez mais intenso, a Asiatic Persada foi vendida dentro da família Sitorus, ao Grupo Ganda, que é administrado pelo irmão do cofundador da Wilmar, Martua Sitorus. No papel, a Wilmar não é mais responsável por aquela empresa, embora, de acordo com a ONG indonésia Perkumpulan Hijau, ainda a use como fornecedora de matérias-primas. Hoje em dia, a população é reprimida com mais brutalidade do que nunca. Além disso, a Wilmar também começou a estabelecer plantações de dendê em um parque nacional na Nigéria.

A administração da APRIL foi ainda mais longe. Antecipando-se às obrigações, a gigante de celulose apresentou uma estratégia de sustentabilidade em janeiro de 2014, pouco antes de uma iminente campanha ecológica internacional. O Comitê Consultivo de Stakeholders, instalado pela APRIL para acompanhar a estratégia de sustentabilidade, também inclui o WWF. Isto é particularmente interessante quando esta mesma organização ambiental já foi passada para trás em negociações com a APRIL, em 2005. A empresa simplesmente ignorou os acordos e manteve a produção de papel proveniente de florestas tropicais. Depois de alguns anos, o WWF perdeu a paciência e desistiu.

Outras questões permanecem sem resposta: Isso poderia ser um novo tipo de colonialismo, o colonialismo das ONGs? O WWF, o Greenpeace e outros ambientalistas internacionais ainda podem ser considerados legítimos quando fazem acordos com notórios criminosos ambientais na Indonésia? Será que eles realmente consultaram a população local afetada pelos conflitos de terras com Wilmar, APP, APRIL e outras? E o que dizer de seu direito a um “consentimento livre, informado e prévio”?

É claro que uma interrupção da expansão nem é mencionada em nenhuma das verdes promessas das empresas, mesmo que sempre tenha sido um requisito fundamental para muitas ONGs indonésias em negociações com sua indústria nacional de celulose e óleo de dendê. O perigo é outras empresas assumirem a destruição das florestas primárias da Indonésia no futuro.

Parece que as grandes organizações ambientais estão presas em sua própria lógica de campanhas. Elas estão tentando manter os doadores dos países industriais interessados por meio de histórias de sucesso aparente; a floresta tropical e os orangotangos têm provado ser particularmente atrativos. Isso está diretamente acompanhado por campanhas ecológicas das empresas e suas políticas verdes, com

manchetes como “chega de desmatamento” e “sorvete ecológico”. Os direitos humanos ou conflitos de terras já não são importantes.

Organizações ambientalistas que competem por sucesso e reconhecimento de marca chegaram a criar a situação paradoxal de se prejudicar umas às outras. Em um caso, por exemplo, uma ONG aplaude a nova política verde de sua empresa “parceira”, ao passo que outra nunca perderia a chance de apontar o lado negativo da parceria.

Será que não poderíamos obter mais resultados no longo prazo se todo esse egocentrismo fosse deixado para trás e a comunidade internacional apoiasse as muitas ONGs indonésias em suas ações? Elas poderiam ser reforçadas em seu papel de verdadeiras defensoras dos direitos humanos, da democratização e da proteção do ambiente, e garantir que os direitos territoriais dos moradores da floresta não existissem só no papel. Naturalmente, isso não seria tão espetacular como os acordos de cúpula com empresas multinacionais.

Além disso, o papel de certificadoras, inspetores e organizações de consultoria deve ser avaliado. Todos esses prestadores de serviços cumprem um papel decisivo na implementação de negócios ecológicos. Eles operam com nomes como Pro Forest, Rainforest Alliance ou Tropical Forest Trust, e se dizem inspetores ou consultores independentes. Pode-se realmente confiar na independência deles, considerando-se que seu trabalho é pago pelas empresas que eles inspecionam? Não faltam exemplos dos chamados inspetores independentes na Indonésia produzindo relatórios “favoráveis”. Quem diz que isso vai mudar? Por que deveria?

Quem exatamente vai pedir que empresas como a APP aceitem a responsabilidade pelos crimes que cometeram no passado? E o sentido de justiça para com as muitas vítimas da APP nas últimas décadas, que agora podem ver o negócio da mesma empresa prosperar, aplaudido por organizações ambientalistas?

O autor deste artigo está ciente dos muitos benefícios de se negociar com empresas madeireiras destrutivas. Além disso, as ONGs internacionais, como Greenpeace, sem dúvida, fizeram uma enorme diferença. No entanto, também é importante refletir sobre o trabalho das organizações sem fins lucrativos. Este artigo não pretende dar lições, e sim contribuir para uma discussão.

O autor, Peter Gerhardt, trabalha para a ONG denkhausbremen.de e pode ser contatado em peter@denkhausbremen.de

[Início](#)

-Malásia, Sarawak: proprietários nativos de terras tradicionais continuam a protestar contra os esquemas de plantações de dendê em grande escala



O governo do estado de Sarawak deu uma concessão provisória para plantação de dendê à Woodijaya Sdn Bhd, subsidiária da Rimbunan Hijau Sdn Bhd, no lote 197, distrito de Teraja, e no lote 1200, distrito de Puyut, ambos com 4.658 hectares. O contrato de arrendamento de 60 anos que foi feito pelo Departamento Estadual de Terras e Agrimensura invade terras pertencentes aos malaios de Marudi e aos ibans de Lubuk Amam.

Os líderes dessas duas comunidades informaram à SAM (Amigos da Terra-Malásia) que a empresa entrou em suas terras tradicionais sem seu conhecimento ou consentimento prévio, em 2010. Desde então, as comunidades foram submetidas à pressão constante de ter estranhos em suas terras e tiveram de suportar os impactos da grande monocultura, incluindo degradação do solo e poluição da água. As comunidades dependem do rio para o abastecimento de água potável e outras atividades diárias. Este esquema também causou uma diminuição em sua capacidade de subsistência, pois dependem das florestas e do rio para o seu sustento.

Desde a invasão, as comunidades têm protestado contra este esquema. Em maio de 2010, elas montaram um Comitê de Ação liderado por Othman Jais, Wasli Othman e Abang Lee, "Suhaili Lie". Eles levaram suas queixas e protestos repetidos ao Gabinete Distrital de Marudi, mas sem sucesso. Também escreveram ao então ministro-chefe de Sarawak, Abdul Taib Mahmud, que também era ministro do Planejamento de Recursos e Meio Ambiente do estado, para que cancelasse o contrato de arrendamento com a empresa e reconhecesse os direitos nativos e os territórios tradicionais das comunidades. A comissão também organizou uma série de diálogos com autoridades locais e representantes da empresa. Nada resultou disso.

Em 8 de maio de 2012, depois de uma tentativa frustrada de conseguir que as empresas saíssem de suas terras tradicionais, eles entraram com uma ação civil no Tribunal Superior de Sabah e Sarawak, em Miri, contra a Woodijaya. Como resultado da ação, a empresa retirou todas as suas máquinas das terras tradicionais que pertencem às comunidades e não invadiu sua área até agora. O caso ainda está no tribunal.

Há muitos outros casos semelhantes a este pendente em tribunais, como resultado da resistência das comunidades contra esquemas de plantações em grande escala.

Theivanai Amarthalingam, Sahabat Alam Malaysia (Amigos da Terra-Malásia), e-mail: theiva.lingam@gmail.com

-Indonésia - Entrevista com Sawitwatch sobre os impactos das plantações industriais de dendê (palma) na Indonésia e a experiência com a RSPO



Com cerca de 11,5 milhões de hectares em 2011, a Indonésia concentra a maior área de plantações industriais de dendezeiros do planeta, seguida pela Malásia, com cerca de 4 milhões de hectares. Este uso extensivo da terra e a expansão rápida e continuada têm provocado muitos conflitos entre as comunidades e as empresas responsáveis por essas plantações. O desmatamento devastador causado pela expansão das plantações de dendê na Indonésia e na Malásia é um fator importante que gera uma publicidade negativa, forte e sustentada, para as empresas nos países “consumidores” da Europa e nos Estados Unidos.

A RSPO começou em 2001, como uma resposta a esses conflitos e à destruição ambiental relacionada a eles. Depois de 12 anos, os muitos conflitos não resolvidos entre comunidades, trabalhadores e empresas com certificação da RSPO foram uma das questões centrais tratadas na assembleia geral de 2013 do órgão, na Indonésia.

Segundo a ONG Sawitwatch, como sede em Bogor, em 2010, pelo menos 663 comunidades tiveram conflitos com mais de 172 empresas de dendê na Indonésia, resultando em 106 prisões. A Agência Nacional da Terra (Badan Pertanahan Nasional) da Indonésia registrou, em 2009, cerca de 3.500 conflitos de terra relacionados a plantações de dendezeiros. (Para mais informações, consulte o panorama global do WRM sobre plantações industriais de árvores: <http://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/um-panorama-das-plantacoes-industriais-de-arvores-no-sul-global-conflitos-tendencias-e-lutas-de-resistencia-2/>)

A maioria das empresas que são membros da RSPO opera na Indonésia e/ou na Malásia. O Boletim do WRM conversa com Jefri Saragih, diretor-executivo da Sawitwatch, sobre os mais de 10 anos de experiência da organização com a RSPO, para saber mais sobre os impactos das plantações de dendê, os conflitos com as comunidades e a experiência com a RSPO.

Pergunta: Na Indonésia, quais têm sido os principais impactos da grande expansão das plantações de dendê sobre as comunidades industrial nas últimas décadas?

Jefri Saragih: Há muitos impactos resultantes da enorme expansão das grandes plantações de dendezeiros. As OSC [Organizações da Sociedade Civil] muitas vezes diferenciam os impactos em dois tipos: impactos ambientais (por exemplo, desmatamentos, destruição de turfeiras, poluição da água e do ar, degradação do solo, etc) e impactos sociais (concentração de terras, violações dos direitos humanos, criminalização, esquemas de parceria, soberania alimentar, trabalho forçado e infantil, etc), embora os dois tipos estejam sempre ligados.

Como ONG social, nosso foco tem sido dirigido aos impactos sociais. Desde a nossa fundação, temos trabalhado com comunidades afetadas pelo desenvolvimento de grandes plantações. Encontramos muitos casos de concentração de terras, em que as comunidades locais e indígenas perderam suas terras e foram forçadas a abrir mão delas. As comunidades se veem forçadas a abrir mão da terra porque são ameaçadas ou enganadas por uma fraude, no sentido de que as empresas costumam se beneficiar da falta de documentos por parte dessas comunidades (ou seja, títulos de propriedade da terra). Várias empresas também usam a força militar para forçá-las a abrir mão de suas terras. A expansão também afetou a soberania alimentar das comunidades, na qual elas estão perdendo as terras onde produzem alimentos, que estão sendo convertidas em plantações de dendzeiros. O trabalho também é um problema que não tem sido tratado pelo governo, empresas plantadoras ou a RSPO. Entre os problemas trabalhistas estão práticas de trabalho infantil e forçado, questões relacionadas à não garantia do salário mínimo, trabalho contratado por dia, promessas não cumpridas, más condições de vida, etc.

Pergunta: Você consegue identificar impactos diferenciados sobre homens e mulheres?

Jefri Saragih: Com relação ao trabalho, as esposas de trabalhadores são indiretamente forçadas a ajudar seus maridos devido ao tempo limitado e às altas metas que os trabalhadores devem atingir. Com relação ao direito à terra, as mulheres não têm direitos sobre as terras de suas famílias. Os títulos de propriedade estão em nome dos maridos. Portanto, quando eles maridos morrem, elas muitas vezes ficam sem terra.

Pergunta: A RSPO tem conseguido reverter os impactos negativos das plantações de dendê na Indonésia? Por favor, explique.

Jefri Saragih: Com mais de 50 casos sem resolver, pode-se dizer que a RSPO não tem conseguido resolver os muitos impactos negativos causados pelas grandes plantações de dendzeiros. Do ponto de vista social, podemos ver que hoje existem mais de 40 casos que foram apresentados ao Secretariado da RSPO e que não foram resolvidos. Além disso, há muitos outros casos em que há conflitos com as comunidades que envolvem membros da RSPO, mas nos quais não foram registradas reclamações.

Da perspectiva ambiental, podemos ver que a recente fumaça de grandes proporções em Riau foi causada pelos incêndios que aconteceram nas plantações de membros da RSPO. Além disso, ainda existem muitos casos que envolvem desmatamento, etc.

Pergunta: Qual tem sido a experiência das comunidades na Indonésia quando elas usaram o mecanismo de queixas de RSPO?

Jefri Saragih: Ao longo da nossa experiência em ajudar as comunidades, apenas algumas das reclamações foram resolvidas. A RSPO tem um papel importante em acomodar o processo de solução de conflitos. Isto significa que ela também deve ser capaz de esclarecer o que está realmente acontecendo. Este é o papel que a RSPO ainda precisa cumprir. Temos exigido do Secretariado do órgão que consiga vir a campo para verificar novamente e esclarecer as informações que recebeu. Infelizmente, eles não têm conseguido implementar essa função em todos os casos submetidos.

As comunidades não estão satisfeitas com a falta de avanço da RSPO na solução de seus conflitos. Embora o papel da SW, como membro do órgão, tenha permitido que representantes das comunidades se reúnam com as empresas durante as mesas redondas anuais, a maioria das comunidades não tem conseguido se comunicar diretamente com o Secretariado da RSPO.

Pergunta: Nos últimos anos, empresas e investidores que operam na Indonésia criaram projetos de grandes plantações de dendê na África, e também estão entrando na América Latina. Nessas novas áreas de

expansão, eles fazem às comunidades locais muitas das mesmas promessas que fizeram na Indonésia, como geração de empregos, progresso e desenvolvimento. Com base na experiência da Indonésia, qual que seria a sua mensagem a essas comunidades da África e da América Latina?

Jefri Saragih: As comunidades que podem ser afetadas devem ter mais cuidado ao se envolver com empresas de óleo de dendê. Elas precisam reforçar suas capacidades no que diz respeito ao consentimento livre, prévio e informado e aos seus direitos, por exemplo, sobre a terra. As ONGs e os ativistas locais também têm um papel importante, tanto na ajuda às comunidades quanto na execução de campanhas de defesa. Elas devem ser capazes de construir diálogos com o governo para proteger os direitos da comunidade à sua terra e a seus meios de subsistência.

Início

-Indonésia - Como a RSPO tratou questões levantadas contra a First Resources, um dos seus membros



Um pequeno vídeo chamado “Manufacturing Consent” (Fabricando o Consentimento),(4) mostra como representantes da PT Borneo chegaram à aldeia de Muara Tae em 18 de Agosto de 2011, pedindo permissão para entrar no território da comunidade. De acordo com o líder tradicional Ignacius Igoqu, em uma reunião realizada naquele dia, “a comunidade, incluindo a [ele] e ao chefe da aldeia, recusou a presença da PT Borneo, que queria fazer parceria [com a comunidade]”.(5) Ele também observa que, cerca de um mês depois, em 11 de setembro de 2011, os representantes da empresa voltaram. Durante essa visita, afirmaram que “não causar[iam] prejuízos à comunidade” e afirmaram que a parceria com a empresa seria “muito rentável” para a mesma comunidade. Esta, mais uma vez, recusou a parceria com a empresa. Ignacius Igoqu resume: “Nós não queremos aceitar a presença do dendê, porque os únicos recursos que os moradores de Muara Tae querem são florestas e terras [...] Como a maior parte do nosso território está convertida em minas de carvão, nós só temos o lado esquerdo do rio Nayan para tirar o nosso sustento”.

A divergência sobre a destruição causada pela empresa de plantação de dendê na floresta comunal e nas terras usadas pelas comunidades para o plantio de culturas alimentares aumentou em junho de 2012. Ignacius Igoqu disse: “Apesar de muitos de nós terem tentado interromper a conversão, eles param quando nos veem, mas, quando nós voltamos para a aldeia, eles continuam. Mesmo durante a noite”.

Vários membros da comunidade tentaram reagir replantando o território tomado pela empresa com culturas alimentares, na tentativa de reafirmar o seu uso da terra. Com o desmatamento resultante da expansão das plantações de dendezeiros, o rio Utak Melianu, um dos dois que são importantes para o abastecimento da

aldeia com água, está se degradando muito. O líder da aldeia, Masrani, observa que “nessas condições, com o rio destruído dessa forma, pode não haver nenhuma fonte de água para consumo público na aldeia”.

Em 18 de setembro de 2012, enquanto as escavadeiras da subsidiária da First Resources ainda estavam destruindo a floresta comunal e a terra de Muara Tae, a empresa postou documentos na página da RSPO, dizendo que tinha começado o período de consulta de 30 dias para os novos plantios da PT Borneo. Outros documentos foram postados na mesma página, mostrando os resultados da Avaliação de Impacto Social e Ambiental (AISA) e a avaliação de Alto Valor de Conservação (AVC), realizadas pela auditoria da RSPO, TUV Nord. A avaliação declara a conformidade da PT Borneo com o princípio 7 da RSPO. Este princípio proíbe o desmatamento de florestas primárias para novas plantações estabelecidas a partir de 2005, exige que não se destrua mais “nenhuma área necessária para manter ou melhorar um ou mais Altos Valores de Conservação” durante o estabelecimento de novas plantações de dendê, e que “não sejam estabelecidas novas plantações em terras dos povos locais sem seu consentimento livre, prévio e informado”.(6)

No vídeo, um líder da aldeia explica que “(...) eles não entraram com consentimento da comunidade. Eles forçaram a entrada, demolindo o território da comunidade à força. (...) Eles ignoraram a rejeição por parte dos moradores de Muara Tae”. Outro morador complementa dizendo que a empresa trouxe a “BRIMOB [polícia antidistúrbios] para intimidar as pessoas com o objetivo de que elas não defendessem sua terra”, acrescentando que ela também vem “destruindo a madeira da floresta e os remédios tradicionais que foram mantidos pela comunidade”. Sobre as áreas de AVC, o líder da aldeia Masrani comenta que:

”[...] Essa avaliação de AVC é apenas para fazer um levantamento de determinadas áreas e só protege essas áreas, com base nas vontades deles próprios. Quanto a nós, todo o território de Muara Tae tem muito valor. Todas as florestas no território de Muara Tae têm um grande potencial. Além disso, ele é realmente para a comunidade. O território de Muara Tae é uma fonte diária de subsistência. Para agricultura, para hortas. Então, se você quiser encontrar alto valor, toda a Muara Tae tem valor”.

A queixa à RSPO

Em outubro de 2012, A EIA apresentou uma queixa formal à RSPO, solicitando uma série de ações, por exemplo, que o órgão chamasse a empresa a “parar de desmatar a terra imediatamente”, que a RSPO facilitasse “a restituição de terras anexadas” e garantisse um “processo de indenização aceitável às partes afetadas”.(7)

Ignorando os seus próprios prazos para que essas queixas sejam respondidas, a RSPO não tomou nenhuma atitude por três semanas e, em 7 de novembro de 2012, a EIA afirmou publicamente que “a RSPO não age, enquanto como Muara Tae é destruída”.(8) A EIA prossegue, observando que a aceitação da queixa como legítima pela RSPO teria obrigado a First Resources a deixar de operar em Muara Tae até que a disputa fosse resolvida. Além disso, A EIA observa que:

“Masrani, o Petinggi (chefe da aldeia) de Muara Tae, participou de mesa redonda anual da RSPO, em Cingapura, na semana passada. Na reunião, tanto Bambang Dwi Laksono, Chefe Corporativo de Sustentabilidade da First Resources, quanto Ravin Krishnan, coordenador de queixas da RSPO, incentivou a comunidade a estabelecer um diálogo com a empresa. No entanto, em reuniões com a First Resources durante os últimos dois anos, a comunidade tem rejeitado repetidamente a plantação proposta, uma visão que foi totalmente ignorada. Na verdade, além de oferecer a possibilidade de diálogo a Masrani em Cingapura, a First Resources estava se preparando, ao

mesmo tempo, para desmatar a terra do pai dele”.(9)

Somente em 10 de dezembro de 2012, a RSPO finalmente informou a First Resources, por carta, de que tinha sido aberto um procedimento de queixa. Em sua carta, a RSPO afirma que seu Painel de Queixas considerou que a EIA tinha apresentado provas suficientes para que se aceitasse a alegação de que a First Resources não identificara áreas de AVC com antecedência nem realizara uma AISA antes do plantio. Além disso, a RSPO “sugere a possibilidade de infrações no caso de o Consentimento Livre, Prévio e Informado (...) não ter sido obtido antes do plantio feito na referida área”. A RSPO observa, ainda, que a empresa já tinha desmatado áreas de AVC antes, em outra região, acrescentando que isso pode sugerir não apenas uma “falha isolada”, mas, possivelmente, uma questão “de natureza mais sistemática”. Para tratar das questões levantadas na queixa da EIA, o Painel de Queixas da RSPO solicitou, entre outras coisas, que a PT Borneo “revisse a situação concreta por meio de um terceiro Organismo de Certificação e trabalhasse com os queixosos em um roteiro/plano de ação adequado para lidar com a disputa de terras da comunidade local (Muara Tae), que leve a uma solução amigável”. Isso tudo deveria ser feito no prazo de 6 meses e se pediu que a PT Borneo “interrompesse todo plantio no mencionado pedaço de terra até a conclusão satisfatória” da ação solicitada na carta da RSPO.(10)

Esta lista de “deveres de casa” serviu de base para a revisão concreta – que basicamente confirmou as alegações feitas pela EIA.(11) Como consequência, a RSPO enviou outra carta à First Resources (FR) em 17 de abril de 2013. Esta carta inclui uma outra longa lista de atividades que devem ser realizadas pela FR para “resolver” o conflito e alcançar a conformidade com os Princípios e Critérios da RSPO. Enquanto se solicita uma série de avaliações técnicas, a empresa está autorizada a retomar o plantio em terras consideradas fora de disputa, uma vez que as avaliações de AVC e de impacto forem concluídas. Com relação à terra em disputa, a empresa tem que resolver o conflito com a comunidade. A RSPO recomenda que ela melhore o processo de CLIP e faça um “Cronograma de Pagamentos de Indenização”, e a empresa deve fornecer atualizações regulares sobre suas operações para ser divulgadas às comunidades. Na visão da RSPO, “isso vai ajudar a FR a comunicar os detalhes do esquema “plasma” [por meio do qual os moradores das aldeias plantam dendê para vender à empresa] e os programas [de Responsabilidade Social]”.(12)

Em 24 de abril, a FR teve “o prazer de informar” que “está comprometida com a implementação de todas as ações recomendadas até 30 de junho de 2013”. A empresa ainda menciona que vai contratar “profissionais externos” e “desenvolver um programa de linha de tempo para (...) gestão e monitoramento de AVC e enviá-lo ao Painel [de Queixas] para avaliação”.(13) Em 29 de junho de 2013, a FR informou que foi atingido “um avanço construtivo” em relação às ações propostas. Por meio de um relatório de consultoria, um total de 892 hectares foi identificado como áreas de AVC.(14) A última informação disponível na página da RSPO é de que o órgão, em sua resposta de 16 de dezembro de 2013, exige uma série de medidas adicionais da empresa, incluindo um período no qual essas ações serão implementadas e concluídas.(15) Dezoito meses após a queixa ser apresentada, a página da RSPO não tem qualquer informação substancial sobre a solução das questões levantadas na queixa.

O que podemos aprender com esta experiência?

A comunidade Muara Tae sempre expressou duas exigências básicas: que a empresa deixasse imediatamente de operar em seu território e que a terra já ocupada por ela fosse devolvida à comunidade. O apelo da RSPO por uma “solução amigável” põe de lado essas duas exigências básicas da comunidade.

As demandas da comunidade simplesmente desaparecem das cartas da RSPO e das respostas da empresa. As exigências de que a empresa fique fora do território tradicional da comunidade são

transformadas em apelos por mais “diálogo” e “comunicação” com o novo invasor em seu território, discussões de tamanhos de áreas de AVC e “procedimentos claros” para “gestão” e “solução de controvérsias”. Em várias ocasiões, a comunidade já deu respostas claras a estas tentativas de “diálogo” e “comunicação”: seus membros não quiseram aceitar a oferta da empresa. Neste contexto, o chamado da RSPO para “melhorar” o CLIP é falso. O CLIP inclui a opção de dizer “não”, como observa a RSPO em sua carta de abril de 2012. A carta, no entanto, não reconhece de forma adequada que os membros das comunidades já disseram “não” em várias ocasiões aos pedidos da First Resources de permissão para entrar no território deles. As respostas da RSPO, até agora, mostram falta de disposição ou incapacidade para ouvir, entender e atender às demandas da comunidade expressadas na queixa. Como resultado, as sugestões da RSPO, em si, constituem uma rejeição implícita das demandas apresentadas pelos membros da comunidade, enquanto o pedido inicial da empresa para que a comunidade aceitasse o pagamento e se tornasse plantadora de dendê para a empresa sai fortalecido – pedido rejeitado em várias ocasiões por membros da comunidade, muito antes de eles apresentarem uma queixa.

Havendo perspectivas diferentes em uma comunidade sobre como responder a essas ofertas feitas por empresas de dendê, a forma como a RSPO lidou com queixa neste caso complica ainda mais esses debates internos e pode contribuir para sua piora ao invés de sua solução, já que, implicitamente, a RSPO assume o lado daqueles que defendem parcerias com empresas na expansão das plantações industriais nesse contexto.

(1) Ver http://www.rspo.org/en/status_of_complaint&cpid=21

(2) Ver www.rspo.org para mais informações sobre esses Procedimentos para Novos Plantios e Princípios e Critérios da RSPO.

(3) http://www.eia-international.org/wp-content/uploads/PT-BSMJ_NPP_Grievance_ALL_171012_FINAL.pdf

(4) <https://vimeo.com/52941829>; este vídeo foi produzido pela EIA e posteriormente incluído na queixa à RSPO.

(5) Na Indonésia, cerca de 30% da produção nacional de óleo de dendê vem de pequenos produtores por meio do chamado esquema “plasma”, no qual eles têm cerca de dois hectares de terra em uma área em torno da plantação de uma determinada empresa, com a qual têm um contrato de fornecimento de sua colheita de frutos do dendê.

(6) http://www.eia-international.org/wp-content/uploads/PT-BSMJ_NPP_Grievance_ALL_171012_FINAL.pdf

(7) http://www.eia-international.org/wp-content/uploads/PT-BSMJ_NPP_Grievance_ALL_171012_FINAL.pdf

(8) <http://www.eia-international.org/rspo-fails-to-act-as-muara-tae-is-destroyed>

(9) <http://www.eia-international.org/rspo-fails-to-act-as-muara-tae-is-destroyed>

(10) <http://www.rspo.org/file/PTBSMJFR.pdf>

(11) Com exceção de sugerir que o CLIP foi “mal feito”, em contraste com as declarações no filme da EIA, de que a comunidade não tinha dado seu consentimento ao projeto de dendê.

(12) <http://www.rspo.org/file/CPDecisionMoodyReport17Apr2013.pdf>

(13) http://www.rspo.org/file/Reply_on_BSMJ_Complaint_24April2013.pdf

(14) <http://www.rspo.org/file/Letter%20to%20RSPO%20re%20completion%20of%20BSMJ%27s%20corrective%20actions%2029%20June%202013.pdf>

(15) <http://www.rspo.org/file/16Dec2013%20decision%20on%20PT%20BSMJ-FR%281%29.pdf>

Início

-Libéria: a incapacidade da RSPO para enfrentar as causas profundas do conflito relacionado a



Seria de se esperar que os membros da RSPO também defendessem princípios e critérios do órgão ao expandir suas operações no continente Africano, principalmente para evitar a repetição das experiências negativas de RP da Indonésia e da Malásia. Seria de se esperar, também, um cuidado especial em países como a Libéria, onde antigas questões não resolvidas de posse da terra e o trauma de uma guerra civil recente e longa levaram um painel de especialistas da ONU a recomendar que o governo liberiano estabelecesse uma moratória sobre novos arrendamentos de terra até o esclarecimento da questão da posse no país.(1)

Apesar desse contexto, a Sime Darby (SD) assinou, em 2009, um contrato de 63 anos com o governo da Libéria, sobre um total de 311.187 hectares. Pela bagatela de 5 dólares a ser pagos ao Estado da Libéria por ano, por hectare, a empresa obteve os direitos de plantar cerca de 220.000 hectares de dendzeiros em um prazo de 20 anos, na terra incluída no arrendamento. O contrato viola os princípios e critérios da RSPO, por não reconhecer o direito consuetudinário à terra e ser muito tímido na garantia dos direitos das comunidades. Ele também não reconhece a responsabilidade da empresa por obter o CLIP (consentimento livre, informado e prévio) de comunidades afetadas, e até mesmo permite reassentamentos involuntários.(2) Segundo a ONG local SDI (Amigos da Terra-Libéria), o contrato também viola a legislação liberiana e acordos internacionais.

No entanto, a Sime Darby, membro da RSPO, comenta que “assinou um acordo de concessão com o governo da Libéria, que [lhe] dá direito à terra”, acrescentando que “[firmou] um contrato legal com um governo democraticamente eleito e não acredit[a] que haja qualquer evidência de que ele viole os direitos humanos”.(3)

Essa visão de que tudo está bem foi reforçada pela empresa de consultoria BSI Group Singapore Pte Ltd, responsável pelo processo de certificação RSPO das plantações da SD na Libéria. Uma carta dos consultores, que está disponível na página da RSPO na internet, afirma que o “Plano de Desenvolvimento da Sime Darby é baseado nas melhores práticas que foram aplicadas em suas operações de dendê na Malásia e na Indonésia, e leva em consideração as recomendações dos Estudos AISA e AVC, (respectivamente, Avaliação de Impacto Social e Ambiental e Alto Valor de Conservação), é coerente com os princípios critérios da RSPO aplicáveis a novas plantações e trata das preocupações e aspirações levantadas pelas partes afetadas”. A carta observa, ainda, que “as avaliações AISA e AVC são abrangentes, profissionais e cumprem os princípios, critérios e indicadores da RSPO aplicáveis a novos plantios”.(4) O contrato entre a Sime Darby e o governo liberiano é mencionado como “evidência de posse da terra”,(5) sem qualquer reflexão crítica sobre a veracidade dessa afirmação no complexo contexto da posse da terra no país. A recomendação afirmativa da certificação que a consultoria dá, portanto, só

reforça os planos de expansão da SD na Libéria.

Mas o que as comunidades têm a dizer sobre suas experiências com este contrato é uma história de práticas ruins, em vez de “melhores práticas”, uma experiência na qual suas “aspirações” como “stakeholders” não foram atendidas. Em 2011, a empresa começou sua primeira plantação de dendê no Distrito de Garwula, no “condado” de Grand Cape Mount. No processo, foram invadidas terras agrícolas usadas pelas comunidades locais, e as indenizações pelas colheitas perdidas foram tão baixas que resultaram em fome nas comunidades, quando já não havia mais terra disponível para o cultivo de alimentos e a indenização não era suficiente para comprar os alimentos necessários. Também foram destruídas áreas florestais, incluindo locais sagrados de muito valor para as comunidades.

A queixa à RSPO

Em outubro de 2011, os habitantes de cidades e povoados dos condados de Bomi e Grand Cape Mount apresentaram uma queixa formal à RSPO, explicando como seus direitos haviam sido violados. Na carta, eles citam a própria Avaliação de Impacto Ambiental e Social da SD, que descreve a natureza da posse da terra nas áreas afetadas pela expansão da empresa como “terras tribais”, “terras familiares” e “terras comunitárias”. Os habitantes dizem: Essas terras são “de nossa propriedade”. Eles acrescentam que “portanto, [estão] legalmente autorizados a dar seu consentimento prévio, livre e informado, e têm todo o poder de rejeitar ou aceitar propostas de investimento em [suas] propriedades”, complementando que “a [SD] realizou destruição maciça de [suas] culturas e locais culturalmente significativos, como cemitérios e santuários, usando pesado equipamento de movimentação da terra; [a empresa] poluiu [suas] fontes de água”.(6)

Na sua resposta à queixa, a RSPO afirma que a empresa tem demonstrado “compromisso” com o “fim imediato de suas atividades no referido local da operação” e que está “aberta a discussões bilaterais entre as partes afetadas”. O secretariado da RSPO considera este é “um bom passo para descobrir os detalhes das questões e, portanto, avançar para um plano amigável de soluções”. Como em casos semelhantes na Indonésia e Nigéria, onde foram apresentadas queixas contra membros da RSPO, a resposta do órgão é omissa quanto à própria natureza de tão importantes “detalhes das questões”; as respostas tampouco conseguem refletir sobre a adequação das medidas propostas pela RSPO à luz desses “detalhes” – o que, no caso da Sime Darby na Libéria, é o próprio contrato que permitiu o acesso da empresa às terras dos povos.(7)

A Sime Darby declarou que “não vai cultivar qualquer terra sem a autorização expressa das comunidades locais”. A SDI/Amigos da Terra-Libéria, no entanto, alertou para o fato de que, se não se começar pela renegociação do contrato de concessão entre a Sime Darby e o Governo – e dos problemas fundamentais que ele contém – as comunidades continuarão a ser vulneráveis no futuro. Mas a empresa não tomou qualquer iniciativa para renegociar o acordo com o governo da Libéria.

Ao mesmo tempo, as “negociações” entre a empresa e as comunidades não têm conseguido resolver os problemas da invasão do dendê em terras comunitárias. Em uma reunião com 150 representantes de comunidades, em novembro de 2012, um ano após as comunidades registrarem a queixa à RSPO, os representantes do distrito de Garwula que participaram da reunião reiteraram inexistir, no seu caso, qualquer consulta antes de a Sime Darby assumir o controle de suas terras, e que não tinham dado seu consentimento para as plantações de dendê (ver <http://wrm.org.uy/articles-from-the-wrm-bulletin/section2/liberia-our-future-is-now-communities-gather-to-discuss-oil-palm-expansion-and-to-repair-and-prevent-human-rights-violations/>). Representantes que participaram da conferência exigiram um procedimento de CLIP completo para qualquer nova operação da empresa. Eles ainda exigem que não haja desalojamento de pessoas, que os direitos trabalhistas sejam respeitados e que a empresa se

comprometa com a transparência. Além disso, durante a conferência, um número significativo de participantes manifestou sua resistência inequívoca contra a presença de Sime Darby em seus territórios comunitários.

Em uma carta datada de junho de 2013,(8) cerca de 20 meses após a apresentação da queixa à RSPO, a SD anuncia que “está empenhada na consulta integral a todas as partes interessadas”, inclusive com o que a empresa considera “ONGs responsáveis”, acrescentando que “est[á] trabalhando para garantir que [suas] plantações sejam ampliadas de forma responsável e com o consentimento de todos os interessados”. A exclusão de uma das principais organizações que apoiam as comunidades em sua luta por justiça e direitos sobre suas terras da Libéria, a SDI/Amigos da Terra-Libéria, da interpretação eu a empresa faz de “ONGs responsáveis” não é um bom sinal para o compromisso da SD com a solução dos conflitos que causou. No entanto, o comunicado da empresa está em sintonia com a resposta da RSPO a queixas sobre projetos de dendê, insistindo em que os queixosos se comprometam com “soluções” através de “diálogos amigáveis” entre “stakeholders” (partes interessadas) – o que, na realidade, traduz-se em um processo que permite às empresas continuar expandindo as plantações de dendezeiros, mesmo diante da resistência explícita da comunidade.

O que a experiência da Libéria mostra?

Até agora, a possibilidade de um diálogo verdadeiro com todas as partes sobre os problemas fundamentais das atividades da Sime Darby na Libéria parece estar distante. A RSPO não trabalha por desse diálogo, pois permite que seus membros violem princípios e critérios sem qualquer consequência para sua participação no órgão. No caso da SD, uma intervenção firme da RSPO em resposta às violações de suas regras poderia incluir a exigência de que a empresa não assinasse contratos com os governos locais que violem as regras do órgão. Também é difícil imaginar um diálogo com o objetivo de alcançar “o consentimento de todas as partes interessadas” se as organizações que têm a função crucial de fornecer informações que não estariam disponíveis às comunidades sobre os problemas fundamentais e os impactos das plantações de Sime Darby, como a SDI na Libéria, podem simplesmente ser excluídas pela empresa da categoria de “ONGs responsáveis”. Para ter sentido, o envolvimento deve incluir aqueles que fornecem essas informações cruciais para permitir que as comunidades tomem decisões informadas.

A próxima área a ser cultivada com dendezeiros da Sime Darby tem 20.000 hectares e fica no condado de Gbarpolu. Recentemente, pesquisa realizada pela Universidade de Reading (Reino Unido), financiada pelo Departamento Britânico para o Desenvolvimento Internacional e a Rights and Resources Initiative avaliou os potenciais impactos sociais e ambientais do projeto da SD. A pesquisa mostrou que os planos de plantio para este condado tendem a gerar mais impactos sociais e ambientais grandes – e negativos. A Sime Darby respondeu com agressividade, alegando que a pesquisa “carece de credibilidade e rigor”. Reagindo a um informe lançado pela SDI e Amigos da Terra Internacional para coincidir com o lançamento do relatório da Universidade de Reading, a Sime Darby também acusou a SDI de fazer falsas alegações. A afirmação da perspectiva da SDI, em um relatório sobre os impactos da Sime Darby na Libéria, explica as consequências em termos de aumento da concentração de terras, como resultado de contratos como o assinado com a empresa:

“(…) é um desastre nacional esperando para acontecer. É perigoso alocar grandes áreas de terras agrícolas férteis a empresas estrangeiras por várias décadas, porque, à medida que essas empresas expandem suas plantações, haverá menos terra agricultável disponível nas áreas rurais. [...] Também vai levar as pessoas ainda mais à pobreza, pois suas atividades geradoras de renda são reduzidas e suas capacidades de ganho, limitadas”.(9)

Enquanto a RSPO e a Sime Darby se recusarem a tratar dos detalhes e das raízes dos conflitos causados

pela empresa, levantados por ONGs e comunidades diante do órgão, inclusive com a apresentação de uma queixa, qualquer “plano de soluções” proposto pela RSPO estará fadado ao fracasso.

A recente vitória de comunidades na Libéria contra a Equatorial Palm Oil (10)

Desde 2012, membros de comunidades no condado de Grand Bassa vêm acusando a empresa britânica de capital aberto Equatorial Palm Oil (EPO) de desmatar terras e plantar dendê sem pedir sua permissão. A EPO argumenta que recebeu essas terras legalmente, numa referência às concessões de 30% do território do país que o governo liberiano vem distribuindo nos últimos anos. Os moradores das aldeias afetadas apresentaram uma queixa à RSPO em setembro de 2013. A página do órgão na internet observa que “as investigações sobre a queixa estão em curso”.

As comunidades, cansadas de esperar pela solução de sua reclamação por meio de procedimentos de queixa da RSPO, organizaram-se e marcharam com 200 pessoas à capital do estado de Buchanan, no início de 2014. Eles foram parados violentamente por um grupo de policiais e agentes de segurança da empresa. Dezesete moradores foram presos. Após esta ação e protestos das comunidades, a presidente da Libéria, Ellen Johnson-Sirleaf, prometeu às pessoas em uma reunião na capital, Monróvia, no início de março 2014, que o governo do país não permitiria à empresa expandir plantações de dendezeiros nas terras delas. Silas Sikor, da SDI, chamou a promessa de “uma vitória para os direitos das comunidades na Libéria”. Este exemplo mostra a importância da organização das comunidades e da ação e da resistência comunitárias quando se trata da defesa de territórios e florestas dos quais as comunidades dependem.

(1) Relatório final do painel de especialistas da ONU sobre a Libéria, apresentado em função do parágrafo 6(f) da Resolução 1961, do Conselho de Segurança, de 7 de dezembro de 2011 (UN Doc. S/2011/757) <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Liberia%20S2011%20757.pdf>

(2) SDI/FOE-Liberia. Informe sobre a Sime Darby na Libéria, 2013.

(3) [http://www.simedarby.com/Open Letter to Friends of the Earth, in Response to the Publication %E2%80%98Sime Darby and Land Grabs in Liberia%E2%80%99 June 2013.aspx](http://www.simedarby.com/Open%20Letter%20to%20Friends%20of%20the%20Earth%20in%20Response%20to%20the%20Publication%20%E2%80%98Sime%20Darby%20and%20Land%20Grabs%20in%20Liberia%E2%80%99%20June%202013.aspx)

(4) [http://www.rsपो.org/v2/file/Notification%20&%20BSi Verification%20Statement%20New%20Plantings%20Assessment%20 Stage%20II %20of%20Sime%20Darby%20 Liberia %20May%202011.pdf](http://www.rsपो.org/v2/file/Notification%20&%20BSi%20Verification%20Statement%20New%20Plantings%20Assessment%20Stage%20II%20of%20Sime%20Darby%20Liberia%20May%202011.pdf)

(5) [http://www.rsपो.org/v2/file/Summary%20Report%20of%20Planning%20and%20 Management.pdf](http://www.rsपो.org/v2/file/Summary%20Report%20of%20Planning%20and%20Management.pdf)

(6) <http://www.forestpeoples.org/topics/palm-oil-rsपो/publication/2011/letter-complaint-roundtable-sustainable-palm-oil-rsपो-members>

(7) <http://www.forestpeoples.org/topics/palm-oil-rsपो/publication/2011/letter-complaint-roundtable-sustainable-palm-oil-rsपो-members>

(8) [http://www.simedarby.com/Open Letter to Friends of the Earth, in Response to the Publication %E2%80%98Sime Darby and Land Grabs in Liberia%E2%80%99 June 2013.aspx](http://www.simedarby.com/Open%20Letter%20to%20Friends%20of%20the%20Earth%20in%20Response%20to%20the%20Publication%20%E2%80%98Sime%20Darby%20and%20Land%20Grabs%20in%20Liberia%E2%80%99%20June%202013.aspx)

(9) <http://wrm.org.uy/books-and-briefings/uncertain-futures-the-impacts-of-sime-darby-on-communities-in-liberia-2/>

(10) Baseado em artigo de Mark Olden, da FERN, disponível em <http://farmlandgrab.org/post/view/23300>

-Nigéria – parecer jurídico da RSPO sobre a queixa contra a Biase Plantation, subsidiária da Wilmar International Ltd., ignora a parte principal da queixa



O governo do estado de Cross River deu sinal verde a grandes plantações de dendezeiros, inclusive em terras usadas de forma comunal pelas comunidades rurais. Um desses casos envolve a aquisição, pela Biase Plantations Ltd., de terras usadas pelos povos indígenas da Comunidade Ibiae, na área de governo local Biase. A Wilmar International, uma das maiores empresas de dendê do mundo, com sede em Cingapura,(1) adquiriu 5.561 hectares de terras do governo do estado de Cross River, em 2011, por intermédio de sua subsidiária, Biase Plantations Ltd. Cinquenta e cinco por cento dessa área (ou seja, cerca de 3.054 hectares) são de terra de floresta natural, enquanto cerca de 2.419 hectares já estão plantados com dendê. A primeira propriedade com esse cultivo foi estabelecida pelo governo nessa terra no início da década de 1960, mas foi abandonada na década de 80, e está sendo desmatada para replantio.(2)

Em novembro de 2012, a ONG nigeriana Rainforest Resource & Development Centre (RRDC) entrou com uma queixa junto à RSPO, na qual documenta como essa privatização de terras que eram de propriedade do estado resultou em violações dos direitos humanos, destruição do meio ambiente, bem como descumprimento de leis municipais.(3) A aquisição de terras para grandes plantações de dendezeiros pela Wilmar, membro da RSPO, representa uma ameaça especial ao futuro e à sobrevivência da comunidade indígena Ibiae. Além da queixa, a RRDC também entrou com ações judiciais na Nigéria, relacionadas a falhas e incoerências na privatização da terra adquirida pela subsidiária da Wilmar.

Embora não esteja incluída na queixa à RSPO sobre as operações da Wilmar no estado de Cross River, a compra da terra em Biase não é a única aquisição polêmica da Wilmar na Nigéria. A empresa está envolvida em, pelo menos, duas outras aquisições polêmicas na Nigéria. Através de sua subsidiária nigeriana, ela também comprou terras da Obasanjor Farms Ltd., pertencente ao ex-presidente nigeriano Olusegun Obasanjo (ver artigo [Stolen Land: Nigerian Villagers Want Their Land Back From Wilmar](http://intercontinentalcry.org/stolen-land-nigerian-villagers-want-land-back-wilmar-21559/). <http://intercontinentalcry.org/stolen-land-nigerian-villagers-want-land-back-wilmar-21559/>).

A doação original da terra à empresa do presidente foi envolta em sigilo, os proprietários de terras comunais não foram consultados, nem receberam indenizações quando o governo de Cross River confiscou cerca de 10.000 hectares de terras pertencentes às comunidades florestais de Ekong Anaku, Mbobui, Mfamosing, Abiati, Anigheje, para ser doados à empresa privada do presidente.

Uma nota lançada pela RRDC em 24 de abril denuncia mais tomada de terras florestais pela Wilmar International perto do Santuário da vida Selvagem Afi, no estado de Cross River. A RRDC observa que

isso “levantou graves questões éticas relacionadas ao compromisso da Wilmar International com a declaração internacional sobre sua política de Proteção da Floresta e das Comunidades, de 5 de dezembro de 2013”.

A queixa da RRDC à RSPO

A queixa da RRDC trata de cinco questões principais que, segundo os princípios e critérios do sistema de certificação, deveriam ter impedido que um membro da RSPO iniciasse os trabalhos preparatórios no local de plantação em IBIAE:

1. A falta de um acordo da Biase Plantations Ltd. com as comunidades, conforme descrito nos termos da cláusula 4(4), sobre os “Termos Fundamentais para a privatização da propriedade de Ibiae”, de maio de 2012. De acordo com este documento do governo, a Wilmar deve “ajudar as comunidades donas da terra com fornecimento de estruturas segundo acordo mútuo entre o investidor e as comunidades”.(4) Embora tenha havido reuniões, não se chegou a esse acordo mútuo entre a Biase Plantations Ltd. e as comunidades que residem na terra que a empresa adquiriu;
2. Aquisição ilegal pela Biase Plantations Ltd. de terras arrendadas a agricultores que fazem parte do programa CARES do governo;
3. Não se responsabilizar adequadamente pelas comunidades de migrantes dentro da propriedade que a empresa adquiriu;
4. Falta de compromisso com a transparência, recusando-se a apresentar documentos importantes solicitados pelas comunidades residentes, afetadas pela privatização; apesar de repetidos pedidos ao governo e à Wilmar, nenhuma dessas comunidades recebeu cópias do documento “Termos Fundamentais da privatização”, que a RRDC considera “não estar no espírito da transparência, segundo defende a RSPO”; outro documento que a empresa se recusou a colocar à disposição foi o Estudo de Impacto Ambiental exigido pela lei nigeriana antes que o trabalho nas plantações possa começar.
5. Descumprimento de leis e regulamentos federais e municipais aplicáveis, inclusive sobre Avaliações de Impacto Ambiental.(5) No documento que apresentou ao Painel de Queixas da RSPO, a RRDC sugeriu “que a Wilmar suspenda todas as suas atividades na propriedade até que todos os comentários sejam tratados de uma maneira coerente com o protocolo da RSPO.”(6)

Em relação ao item 1, a RRDC apresentou documentos mostrando como a aceitação, pela comunidade, do estabelecimento das plantações de dendezeiros pela Wilmar dependia da incorporação de reivindicações da comunidade por melhoria de estradas ao documento “Termos Fundamentais da privatização”. As comunidades estão pressupondo que essas reivindicações foram incluídas, mas, isso não aconteceu. Assim, a omissão desse documento fundamental às comunidades as deixa com o falso entendimento de que suas reivindicações foram atendidas. Conseqüentemente, a RRDC considera que o consentimento da comunidade para que a Wilmar entrasse na propriedade foi obtido sob falsas premissas.

Em relação ao item 2, a RRDC explica como terras arrendadas aos agricultores que fazem parte do Esquema de Empoderamento Rural e Agrícola do Estado de Cross River (CARES, em inglês) foi incluído ilegalmente no processo de privatização da antiga propriedade da plantação à Wilmar.

No âmbito do CARES, um programa de redução da pobreza, cerca de 1.100 hectares foram destinados em 2009 a agricultores, por 25 anos, com o objetivo de plantar dendê em pequena escala. Cada agricultor recebeu entre 10 e 20 hectares. De acordo com o Ministério da Agricultura, 32 agricultores haviam plantado dendê de 470 hectares quando a propriedade foi privatizada à Wilmar. A queixa da RRDC afirma que os

agricultores foram orientados a não investir mais na terra que lhes fora alocada, por causa da privatização. “Embora tenha havido uma promessa de indenização – não paga até 5 de novembro de 2012 – segundo os acordos de arrendamento do CARES, o governo não tem direito de rescindir o contrato, a menos que o arrendatário (i) deixasse de pagar o aluguel ou (ii) descumprisse as cláusulas do contrato. Considerando-se que a privatização não está incluída na cláusula de rescisão, a aquisição da terra e sua alocação à Wilmar é ilegal”, concluiu a RRDC em suas observações sobre essa questão na apresentação à RSPO.

Com relação à presença de comunidades de imigrantes que vivem dentro da propriedade, os comentários relativos a esta questão (ii) explicam que a Wilmar não se responsabilizou adequadamente por elas. “Com base em dados do censo nacional de 1991 e pressupondo-se um crescimento populacional na média do estado (3,0%), é provável que 3.696 pessoas residam dentro da propriedade Ibiae. Estas pessoas se originam do vizinho estado de Akwa Ibom, a maioria das quais migrou em busca de trabalho em plantações no início dos anos 60, quando a propriedade foi estabelecida pela primeira vez. Como ela abandonada desde a década de 80 e as oportunidades de emprego se tornaram menos abundantes, esses trabalhadores migrantes foram autorizados pela antiga administração da Ibiae a plantar em partes das áreas subdesenvolvidas da propriedade.

Embora a Wilmar tenha indicado que irá indenizar aqueles que plantam dentro dessas partes subdesenvolvidas, a indenização não foi paga até agora, nem houve processo de consulta para determinar a natureza e a extensão adequada de indenização”, diz a queixa da RRDC. O documento explica ainda as consequências sociais da privatização para estas cerca de 3.700 pessoas: “Como a maioria das famílias migrantes que residem na propriedade não tem quaisquer direitos legais ou consuetudinários à terra, haverá poucas opções de subsistência, além de empregos na plantação, quando elas perderem o acesso às suas terras dentro da propriedade. Como a Wilmar está tentando reconstruir os acampamentos de trabalhadores e somente aqueles que estiverem empregados na propriedade terão direito a ser alojados neles, as famílias migrantes que não conseguirem recuperar o emprego na plantação (por exemplo, pessoas muito velhas ou fisicamente inaptas) serão obrigadas a desocupar a propriedade. Em Calaro, outra propriedade adquirida pela Wilmar no estado de Cross River, esses trabalhadores receberam apenas um “pacote de aposentadoria”, que, em nenhum caso, ultrapassou 10.000 nairas (equivalente a cerca de 150 reais). Isso certamente não é suficiente para que as famílias reconstruam efetivamente sua subsistência. Uma vez que muitas dessas famílias perderam vínculos sociais com Akwa Ibom, tendo migrado há gerações, e têm poucas opções de subsistência dentro do estado de Cross River, seu despejo da propriedade poderia ter implicações terríveis. A Avaliação de Impacto Social, datada de abril de 2012 e realizada pela ProForest (consultoria credenciada pela RSPO), não menciona esse grupo de pessoas envolvidas na questão, o que levanta sérias dúvidas quanto à qualidade da referida Avaliação”.(7)

Em 14 de maio de 2013, o Painel de Queixas da RSPO descobriu que a Ibiase Plantations Ltd. não estava em conformidade com o critério 1.1. da RSPO, relacionado à transparência, ao deixar de apresentar o Estudo de Impacto Ambiental necessária. No EIA, que a Wilmar só havia apresentado às autoridades responsáveis na Nigéria em 13 de março de 2013, faltavam informações cruciais que, na visão da RRDC, tornam o documento inválido. Por exemplo, as páginas que deveriam conter mapas do território Ibiae que será afetado pela plantação foram deixadas em branco. O Painel da RSPO também decidiu nomear um advogado bastante familiarizado com as leis nigerianas para avaliar se a Biase Plantations as tinha cumprido. Por fim, a empresa foi “instruída a interromper todo o trabalho” até que as questões sobre o EIA fossem esclarecidas e implementadas atendendo ao Painel de Queixas da RSPO.(8)

Duas coisas se destacam. Em primeiro lugar, as questões em que a RSPO procura assessoria jurídica

também fazem parte das ações apresentadas pela RRDC nos tribunais nigerianos. Portanto, é surpreendente que a RSPO corra o risco de que se considere que ela prejudicou o resultado de um processo judicial, aceitando o parecer jurídico sobre questões que estão diante de um tribunal. Além da questão procedimental que essa situação levanta, o parecer jurídico que a RSPO solicitou a um escritório de advocacia nigeriano trata apenas de algumas das questões levantadas pela RRDC em sua queixa, enquanto não aborda outras. A questão discutida no parecer jurídico é se a legislação nigeriana sobre Estudos de Impacto Ambiental, publicação de avisos e a ordem de uma comissão de governo relacionada a privatização de terras foi cumprida. O parecer não aborda perguntas, por exemplo, sobre o cumprimento das condições estabelecidas no documento “Termos Fundamentais de Privatização”. No entanto, com base neste parecer, que abrange apenas algumas das questões levantadas na queixa, a RSPO decidiu autorizar a Wilmar a iniciar as atividades novamente em “terra incontestada”. A falta de acordo com os assentados informais sobre a propriedade, a possibilidade de as comunidades terem sido enganadas sobre o conteúdo do referido documento ou a existência de decisões judiciais pendentes sobre as questões abordadas no parecer jurídico preparado pela consultoria não parecem ter importado quando a RSPO decidiu permitir que a Wilmar continuasse a preparação para plantar dendê.

A informação mais recente na página da RSPO na internet sobre o caso data de dezembro de 2013, e consiste em uma carta da Wilmar explicando como a nova política de “Desmatamento zero” da empresa será aplicada nas plantações adquiridas na Nigéria. A Wilmar emitiu um comunicado em dezembro de 2013,(9) afirmando que “tem o prazer de anunciar que a revisão foi concluída e o Painel de Queixas da RSPO é da opinião de que as [suas] operações de plantio na Nigéria estão em conformidade com as leis nacionais, incluindo a aquisição legal de terras, e que o devido processo de avaliação de impacto ambiental (EIA) foi seguido”. As comunidades afetadas pelas operações da Wilmar na Nigéria podem discordar dessa visão. A RRDC exige que a Wilmar interrompa todas as suas operações no estado nigeriano de Cross River até que todas as leis relevantes e os interesses e direitos das comunidades tenham sido completamente atendidos, e que a empresa publique, ao público interessado e às comunidades afetadas, os mapas indicando claramente quais são as comunidades afetadas, atualmente e no futuro, pelas operações de dendê da empresa.

(1) www.wilmar-international.com

(2) http://www.rspo.org/file/RSPO-NPP_Report_Ibiae-Assessment_Findings%20Final.pdf , para os Novos procedimentos de Plantação da Wilmar, segundo demanda da RSPO para essas atividades.

(3) http://www.rspo.org/en/status_of_complaint&cpid=26

(4) Apresentação, pela RRDC, da queixa com relação à Wilmar Nigeria Ltd. 10 de novembro de 2012.

<http://www.forestpeoples.org/sites/fpp/files/news/2012/11/NGO%20Complaint%20to%20RSPO%20about%20Wilmar%20NPP%20in%20Nigeria.pdf>

(5) Ibid.

(6) Ibid.

(7) Ibid.

(8) http://www.forestpeoples.org/sites/fpp/files/news/2012/11/RSPO%20-%20CPDecisionFinal%2014May2013_Nigeria.pdf

(9) <http://www.wilmar-international.com/wp-content/uploads/2013/12/Wilmar-Affirms-Commitment-to-Open-Transparent-and-Responsible-Practices.pdf>

Início

Brasil: Discurso da “inovação” contrasta com a realidade da vida em condições análogas à escravidão de trabalhadores empregados por um dos fornecedores da Agropalma



A Agropalma iniciou suas atividades em 1982 e, de acordo com sua página na internet, cresceu e se tornou “líder na produção de óleo de palma na América Latina”.(1) Suas plantações de dendê (palma) estão localizadas no estado do Pará, na Região da Amazônia Oriental Brasileira, com uma refinaria e uma fábrica no porto de Belém, capital do estado. A Agropalma é membro do “Grupo Inovador da Indústria de Óleo de Palma”,(2) lançado em junho de 2013, em Jacarta. O grupo é uma iniciativa conjunta das ONGs Greenpeace, WWF, RAN e FPP, além da Agropalma e outras empresas descritas por ela, em sua página na internet, como “líderes reconhecidas em inovações socioambientais neste setor”. A Agropalma afirma que a iniciativa foi criada “[p]ara intensificar e melhorar os princípios e critérios da Mesa Redonda do Óleo de Palma Sustentável (RSPO), que, de acordo com os membros, poderia ter sido ampliada durante a última revisão em janeiro de 2013, principalmente no que diz respeito a desmatamento, estoques de carbono, biodiversidade e relações sociais”.

Um dos critérios do “Grupo Inovador da Indústria de Óleo de Palma” está relacionado aos direitos trabalhistas e ao desempenho das empresas nessa questão.(3) As relações sociais, bem como os direitos trabalhistas, têm sido realmente um desafio para a Agropalma. Nas plantações do fazendeiro Altino Coelho de Miranda – fornecedor de frutos do dendê para a Agropalma – os inspetores do Ministério do Trabalho e Emprego encontraram, por duas vezes, empregados forçados a trabalhar em condições análogas à escravidão. Durante o primeiro incidente, em 2007, 15 trabalhadores foram libertados pelos inspetores. Por ter cometido o crime de contratação de trabalhadores em condições análogas à escravidão, Miranda foi condenado a oito anos de prisão em 2009, mas recorreu da sentença. Ainda não há uma decisão final sobre o caso – um atraso que não é incomum no sistema judicial brasileiro. Enquanto isso, Miranda foi pego em flagrante novamente pelo mesmo crime em 2012, quando dez trabalhadores foram libertados por uma equipe de inspeção do governo; novamente, as pessoas foram encontradas trabalhando e vivendo em condições análogas à escravidão. A Agropalma foi questionada pela ONG brasileira Repórter Brasil, uma organização que tem cumprido um papel importante na luta contra as condições de trabalho análogas à escravidão no país. A Repórter Brasil perguntou à empresa porque ela não tinha cancelado o contrato com Miranda após o primeiro incidente. A Agropalma respondeu por meio de seu chefe de responsabilidade social e ambiental, Tulio Dias. Na época, ele explicou que a empresa tinha um contrato de 25 anos com Miranda, e que, embora o contrato incluísse uma cláusula que permitia à Agropalma cancelá-lo se ocorressem violações da legislação trabalhista, ela preferiu “ações pedagógicas” que incentivassem o fornecedor a melhorar seu comportamento: “Cancelar o contrato significaria que estamos correndo do problema, não resolvendo”.(4) No entanto, continuando a comprar um produto gerado por trabalhadores que vivem em condições análogas à escravidão – um crime, segundo a legislação brasileira – a Agropalma também é responsável por este crime e pela violação grave e repetida dos direitos humanos. Miranda já havia sido condenado a não menos de oito anos de prisão. Embora tenha usado seu direito de recorrer da decisão do tribunal, é inconcebível um membro da RSPO considerar a “ação pedagógica” como uma resposta apropriada nesse contexto de graves violações dos direitos humanos por parte de um dos seus fornecedores.

Somente em junho de 2013 a Agropalma emitiu uma nota à imprensa declarando “que excluiu da sua lista de fornecedores o Sr. Altino Coelho Miranda”. A nota explica que o cancelamento do contrato se deve ao fato de produtor ter sido incluído no cadastro de empresas e pessoas autuadas por exploração do trabalho escravo, publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 28 de junho de 2013. A nota observa que o produtor ainda está recorrendo da ação judicial por forçar as pessoas a trabalhar nas condições mencionadas, mas, com a inclusão da empresa na lista suja, a Agropalma considerou que “nada mais cabe à empresa a não ser excluí-lo. Para tomar tal decisão, a Agropalma levou em consideração a legislação brasileira, o código de conduta interno da empresa e os princípios e critérios da Mesa Redonda da Palma Sustentável (RSPO), princípio 6, critérios 6.5 e 6.12”.(5)

Aparentemente, nem a pena de oito anos de prisão que o fazendeiro recebeu em 2009, nem o fato de as autoridades estaduais terem encontrado 15 pessoas forçadas a trabalhar e viver em condições análogas à escravidão em 2007 foram considerados pela Agropalma suficientemente perturbadores para justificar o cancelamento do contrato com Miranda. Apenas sua inclusão na lista “suja” oficial dos que sujeitaram pessoas a trabalhar ou viver em condições análogas ao trabalho escravo no Brasil forçou a Agropalma a agir e a excluí-lo de sua lista de fornecedores. Esta lista “suja” é publicada e atualizada pelo governo regularmente.

É preocupante que uma empresa participante de uma iniciativa voltada a reunir “líderes reconhecidos em inovações sociais e ambientais” considere adequado manter relações com um fornecedor que foi pego duas vezes submetendo trabalhadores a viver em condições análogas à escravidão. Só a inclusão do fornecedor na lista “suja” oficial parece ter feito a Agropalma optar pelo cancelamento do contrato, em vez de “ações pedagógicas”. O trabalho escravo é uma prática que ainda hoje persiste em muitas regiões rurais no Brasil.

Para mais informações sobre os impactos sociais e ambientais das operações da Agropalma, consulte “Impactos socioambientais da dendeicultura em comunidades tradicionais na Amazônia Paraense”, de João Santos Nahum e Cleison Bastos dos Santos, 2013. ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Especial geografia agrária, p. 63-80 e, (2) Repórter Brasil, “Expansão do dendê na Amazônia brasileira”, 2013, em <http://reporterbrasil.org.br/documentos/Dende2013.pdf>

(1) www.agropalma.com.br

(2) <http://www.agropalma.com.br/palm-oil-innovation-group.asp>

(3) <http://www.agropalma.com.br/palm-oil-innovation-group.asp>

(4) <http://reporterbrasil.org.br/2012/12/denuncias-de-violencia-e-trabalho-escravo-envolvem-cultura-do-dende-no-para>

Início

POVOS EM AÇÃO

- Nigéria: Não à feira empresarial de terras no estado de Edo!

Okomu Oil Palm Plc, Dangote Group e United Food Industries Ltd, representando o Salim Group, da Indonésia, vão se beneficiar de planos que o governo do estado de Edo tem de alocar 410 mil hectares de terras florestais pertencentes a comunidades, a fim de estabelecer plantações de monoculturas em grande escala. Apenas 30.000 ficarão para os mais de 170.000 agricultores locais nas comunidades que obtêm seu sustento de terras e recursos florestais.

Em um comunicado emitido na cidade de Benin, A ERA/Amigos da Terra-Nigéria disse ser inaceitável que o governo do estado de Edo rejeite os proprietários originais que moraram toda a vida nas florestas e delas dependem para sua subsistência e celebre acordos com empresas para abrir caminho a grandes plantações monocultoras. O diretor-executivo da organização, Godwin Ojo, disse: “Esta feira de terras é simplesmente escandalosa e inaceitável. Não vamos ficar sentados assistindo às concessões florestais, incluindo reservas e terras comunais, serem tomadas por empresas transnacionais, com o consentimento do governo do estado de Edo. Já dissemos, muitas vezes, que as plantações são as principais causas de desmatamento e perda da biodiversidade”.

Ojo explicou que os acontecimentos são ainda mais preocupantes quando vistos do ponto de vista de que as terras são distribuídas com abandono imprudente, para o cultivo de plantações sem o devido processo nem o consentimento livre, prévio e informado dos homens, mulheres e crianças das comunidades que dependem das florestas e de seus recursos para sobreviver.

Ele revelou que, em comunidades limítrofes da Reserva Florestal Iguobazuwa, onde a gigante francesa das plantações de seringueira Michelin está operando e aparece como Rubber Estates Nigeria Limited (RENL), há casos de abusos aos direitos humanos, como expulsão forçada, servidão, fome, entre outros. Ele também apontou que outros atores da concentração corporativa de terras no estado de Edo são: PRESCO PLC, na área de governo local Ikpoba Okha, do estado, e Okomu Pal Oil Company PLC, em Udo, na área de governo local Ovia Sudoeste do estado de Edo, no chamado sul-sul da Nigéria.

A ERA/Amigos da Terra-Nigéria exige que o governo do estado “dê um basta ao plano”.

Ver nota à imprensa da ERA/Amigos da Terra-Nigéria em <http://www.farmlandgrab.org/post/view/23364-stop-corporate-land-bazaar-in-edo-state-era-foen-cautions>

Início

-México, Selva Lacandona: Movimento REDDeldía dos Montes Azules

Na região do Pichucalco, Reserva da Biosfera Montes Azules, na Selva Lacandona, México, delegados e delegadas do Movimento REDDeldía dos Montes Azules se reuniram de 8 a 10 de abril em torno ao tema da inclusão da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas na proposta de acordo multinacional de livre comércio denominado Acordo TransPacífico (ATP).

O movimento definiu três objetivos:

1. Denunciar a onda de privatização da biodiversidade mundial;
2. Fazer algo para detê-la e para construir a alternativa dos povos;
3. Oferecer um novo flanco de resistência na luta geral dos povos, que dê fôlego a outras lutas e ânimo àqueles que, por agora, perderam a batalha para as reformas estruturais que os atingem.

Decidiu-se levar adiante um Plano para a Defesa – que inclui a denúncia da ameaça; o pedido às comunidades para que resistam aos programas oficiais e estrangeiros de conservação, de privatização da terra e de investigação dos montes e dos conhecimentos dos povos; a criação de um local global de denúncia de caminhos, estratégias e atores envolvidos no saque de montes e conhecimentos tradicionais, e a organização de uma campanha mundial para alertar os consumidores; impulsionar a distribuição global solidária da biodiversidade e seus saberes tradicionais; convocar a organizar centros regionais de provisão dos povos; opor-se à passagem da brecha Lacandona.

Também se discutiu um Plano de Trabalho ou alternativas – que inclui impulsionar, com apoio independente do governo e de pessoas e grupos que lhe sirvam, “a recuperação de nossos saberes e práticas tradicionais e também a de nossas próprias histórias, e resguardá-las em arquivos sob controle das próprias comunidades ou de organizações ou pessoas de comprovada confiança”, promover entre os povos o uso e o manejo comunitário da biodiversidade, “principalmente para atender nossas necessidades de saúde e alimentação”, elaborar planos comunitários de manejo da biodiversidade.

O comunicado completo pode ser lido em <http://reddeldia.blogspot.mx/>

[Início](#)

RECOMENDADOS

-Camponeses e Política, Edição Especial Virtual -O Journal of Peasant Studies está comemorando seu 40º aniversário em 2013-2014. Parte das iniciativas para celebrar o aniversário do JPS é a publicação de edições especiais virtuais, começando com os 40 Clássicos em Estudos Camponeses. O segundo da série é JPS 40: Peasants & Politics. Esta coleção destaca alguns dos principais artigos sobre política camponesa que foram publicados na revista ao longo das últimas quatro décadas. Ela foi lançada durante a semana de 17 de abril, para coincidir com o Dia Internacional de Protesto Camponês.

Os artigos são de acesso gratuito em <http://explore.tandfonline.com/page/bes/jps-peasants-and-politics-vsi>

[Início](#)

- APRIL clears high conservation value forest in Sumatra’s Kampar Peninsula, as it breaks its own commitment (A APRIL desmata floresta de alto valor de conservação na Península de Kampar, em Sumatra, ao romper seu próprio compromisso) é um relatório investigativo da Eyes on the Forest, uma coalizão de ONGs ambientais de Riau, Sumatra, que monitora o desempenho da APRIL, empresa de celulose e papel cuja reputação é muito ruim desde 1995, bem como violações de seu próprio compromisso de proteger a floresta alto valor de conservação (FAVC).

<http://www.eyesontheforest.or.id/attach/EoF%20%28April2014%29%20APRIL%20clears%20HCVF%20in%20Kampar%20Peninsula%20PT%20Triomas.pdf>

[Início](#)